



Município de  
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

---

**Ata nº. 18/2012**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE,  
REALIZADA EM 20.08.2012**

**LOCAL:** -----

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende. -----

**CONSTITUIÇÃO DO EXECUTIVO;** -----

**PRESIDENTE:** -----

António Manuel Leitão Borges (PS); -----

**VEREADORES:** -----

Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS); -----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD); -----

Maria Dulce Pereira (PS); -----

Albano António Alves dos Santos (PS); -----

Fernando Jorge Teixeira (PS); -----

Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PSD); -----

**HORA DE ABERTURA:** -----

Eram 10h40 quando o Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião. -----

**A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO;** -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

**B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

**B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR;** -----

O Senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida. -----

Seguidamente, foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação (na parte em que não tinha sido previamente aprovada em minuta), **tendo sido aprova por maioria (3 abstenções dos Senhores Vereadores Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS), Maria Dulce Pereira (PS) e Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PSD), por não terem estado presentes na últimas reunião).** -----

**B.2. RESUMO DIÁRIO DA TESOOURARIA;** -----

A Câmara tomou conhecimento de que as **receitas orçamentais**, constantes do Resumo Diário da Tesouraria, respeitante ao **dia 13 de Agosto de 2012, eram de 28.321,84€** (vinte e oito mil trezentos e vinte e um euros e oitenta e quatro cêntimos) e as **operações de tesouraria de**



**411.066,73€** (quatrocentos e onze mil e sessenta e seis euros e setenta e três cêntimos). **Tomou também conhecimento de que desde o início do ano houve de receita 6.256.570,84€** (seis milhões duzentos e cinquenta e seis mil quinhentos e setenta euros e oitenta e quatro cêntimos), **de despesa cabimentada 12.098.414,90€** (doze milhões noventa e oito mil quatrocentos e catorze euros e oitenta e quatro cêntimos) e de **despesa paga 6.240.642,61€** (seis milhões duzentos e quarenta mil seiscentos e quarenta e dois euros e sessenta e um cêntimos).-----

**B.3. COMPETÊNCIA DELEGADA;** -----

**Não houve.**-----

**B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA;** -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

**Presidente da Câmara** – Disse que tinha dois assuntos que gostaria de referenciar e apresentar ao executivo, designadamente:-----

**Primeiro** – Foi publicado recentemente um estudo sobre o abstencionismo nas Câmaras Municipais do norte do País onde o município de Resende surge em 2º lugar. Estranhando estes dados, esclareceu que de imediato contactou os serviços para se inteirar da situação, tendo sido informado que tinha havido um erro na compilação dos dados carreados para o referido estudo, mais concretamente tinham sido incluídos nos dados referentes ao abstencionismo os dados respeitantes às férias dos funcionários, o que originou resultados incorretos, três vezes superiores ao valor real. Referiu ainda que já foi solicitada a devida correção ao estudo.-----

**Segundo** – Teve conhecimento de que no Externato D. Afonso Henriques iria haver supressão de turmas, situação que do seu ponto de vista é muito delicada e gravosa para os interesses do concelho, colocando designadamente cerca de 40 postos de trabalho em causa e que deve merecer da Câmara Municipal uma posição, pelo que propôs que a Câmara Municipal delibere expressar a sua preocupação por esta decisão do Ministério da Educação, a confirmar-se, e que comunique essa mesma apreensão ao Senhor Diretor Regional da Educação do Norte, ao Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar e ao Senhor Ministro da Educação, bem como mandate o Presidente da Câmara para, juntamente com a Direção do Externato, executar as diligências tidas por necessárias para explicar à tutela quanto gravosa é esta medida para o ensino e para Resende.---

**Vereadora Maria Dulce Pereira (PS)** – Disse que lamentava esta tomada de posição por parte do Ministério da Educação relativamente ao Externato, instituição de referência com provas dadas no ensino, que representa no nosso concelho uma opção de escolha para os pais quanto à educação a dar aos seus filhos. Está convicta de que o Senhor Presidente, após estar mandatado para o efeito, tudo fará, conjuntamente com o Senhor Diretor do Externato, para fazer reverter esta situação, havendo abertura para tal por parte do Ministério da Educação.-----

**Vereador Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD)** – Referiu que a sua



bancada estava de acordo com a proposta do Senhor Presidente, aliás no seguimento das posições que já anteriormente manifestou relativamente a esta temática, acrescentando que também vê toda esta situação com muita preocupação, até porque a mesma poderá a médio prazo implicar redução de recursos humanos no Externato, com todas as implicações que daí podem advir para a economia do concelho e para a vida de alguns resendenses. Deu nota ainda que este é um problema que não é novo, pois o mesmo surgiu em novembro de 2010 quando o Governo de então decidiu mexer no estatuto do ensino particular e cooperativo e apresentou um estudo da rede escolar onde já estava previsto que o ensino particular em Resende perderia duas turmas, sendo que entretanto o atual Governo, na sequência das pressões e reivindicações que surgiram e também por força do protocolo celebrado com o Movimento de Escolas do Ensino Particular e Cooperativo – em que se comprometeu a manter os financiamentos – acabou por concretizar a redução anteriormente prevista, se bem que em apenas 50% (o que significa uma turma no caso de Resende), apesar das tentativas feitas para que tal não acontecesse. Disse por último que o próprio facto de o Estado ter decidido requalificar a escola pública no concelho, aumentando a sua oferta sem ter em conta a oferta educativa do Externato (se bem que a Câmara poderia aqui ter tido um papel bem mais interventivo) e de ter criado a figura dos super agrupamentos em nada veio ajudar nesta situação, não se podendo pois escamotear que todos estes fatores contribuíram também para o atual desfecho da mesma, lamentando ainda que em 2010 o Senhor Presidente não tenha apresentado também ao executivo uma proposta de repúdio como a que agora apresenta.-----

**Presidente da Câmara** – Relativamente ao aumento de oferta no ensino público no concelho, esclareceu que se trata de uma competência exclusiva do Ministério da Educação, não possuindo o município qualquer legitimidade para intervir na matéria. Quanto ao facto de não ter intervindo em 2010 da mesma forma que agora o está a fazer, disse que não tinha de o fazer uma vez que à data tinha ao seu alcance outras formas para resolver o problema, todavia registava o facto de serem os partidos políticos que defendem a liberdade de escolha e o ensino particular aqueles que agora, na prática, decapitam esse direito, concluindo que com o Partido Socialista, apesar dos estudos existentes, nunca nenhum direito dos resendenses foi alguma vez decapitado, ao contrário do que está a acontecer com o atual Governo em diversos domínios.-----

**C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”;**-----

**C.01. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento do executivo.-----

**Não houve.**-----

**C.02. PEDIDO DE SINAIS DE TRÂNSITO E GRADES – JUNTA DE FREGUESIA DE BARRÔ;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, um pedido da Junta de Freguesia de



Barrô a solicitar o empréstimo de sinais de trânsito e de grades para as festas de Santa Maria de Barrô, que se realizam entre os dias 11 e 15 de Agosto .....

Não se verificaram quaisquer intervenções;.....

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, ratificar.**.....

**C.03. BENEFICIAÇÃO DA E.M. ENTRE A JUNTA DE FREGUESIA DE CÂRQUERE – LUGAR DO SERRADINHO – RUA D. VASCO MAGALHÃES E RUA NO LUGAR DA GRANJA – APLICAÇÃO DE MULTA POR VIOLAÇÃO DE PRAZO;**.....

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma informação da DOPU, emitida na sequência da deliberação camarária de 21.05.2012, descrevendo as condições do não cumprimento e confirmando que houve atraso na execução da obra, mantendo-se assim o valor da multa em 12.198.00 €.....

Não se verificaram quaisquer intervenções;.....

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (2 abstenções do PSD), aprovar a aplicação da multa por inteiro.**.....

**C.04. ESTÁDIO MUNICIPAL DE FORNELOS – MULTA POR VIOLAÇÃO DE PRAZO;**.....

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma informação da DOPU, na sequência da deliberação camarária de 21.05.2012, descrevendo as condições do não cumprimento e confirmando que houve atraso na execução da obra, mantendo-se assim o valor da multa em 87.815,36 €.....

Não se verificaram quaisquer intervenções;.....

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (2 abstenções do PSD), em face das informações dos serviços, aprovar a aplicação da multa reduzida a 40% do seu valor.**.....

**C.05. CENTRO DE NOITE E APOIO SOCIAL DE FELGUEIRAS - MULTA POR VIOLAÇÃO DE PRAZO;**.....

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a aplicação de multa por violação dos prazos contratuais, bem como a fixação do seu valor.....

Não se verificaram quaisquer intervenções;.....

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (2 abstenções do PSD), aprovar a aplicação da multa por inteiro.**.....

**C.06. REQUALIFICAÇÃO DA RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO- APLICAÇÃO DE MULTA POR VIOLAÇÃO DE PRAZO;**.....

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma informação da DOPU, emitida na sequência da deliberação camarária de 21.05.2012, descrevendo as condições do não cumprimento



e confirmando que houve atraso na execução da obra, mantendo-se assim o valor da multa em 10.407,91 €.

Não se verificaram quaisquer intervenções;

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (2 abstenções do PSD), aprovar a aplicação da multa por inteiro.**

**C.07. ESTUDO PARA A CARTA HOSPITALAR DO HOSPITAL DE LAMEGO – CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO;**

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para conhecimento, uma cópia de parte da ata da Assembleia Municipal de Lamego.

Não se verificaram quaisquer intervenções;

**Tomado conhecimento.**

**C.08. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA AUTÁRQUICA – CÓPIA DA ATA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PAUS;**

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para conhecimento, cópia da ata da Assembleia de Freguesia da Paus relativa à reorganização administrativa Autárquica (Lei – 44/2012).

Não se verificaram quaisquer intervenções;

**Deliberado tomar conhecimento e remeter à Assembleia Municipal.**

**C.09. PAULA CRISTINA SILVA PEREIRA – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº119/09;**

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo, uma vez que o prazo de validade da licença terminou e a obra encontra-se inacabada. Em sede de realização de audiência prévia o requerente declarou que não iria terminar a obra a curto prazo por motivos de índole financeira.

Não se verificaram quaisquer intervenções;

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, declarar a caducidade.**

**C.10. CANDIDATURAS “MELHORIA QUALIDADE DE VIDA” – PRODER - GARANTIAS;**

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, a prestação de três garantias bancárias a favor do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP (IFAP), respeitantes aos pedidos de adiantamento apresentados por esta Autarquia.

Não se verificaram quaisquer intervenções;

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (2 abstenções do PSD), ratificar.**



**C.11. JOSÉ FERNANDO PINTO – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº103/092;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo uma vez que o requerente instruiu novo pedido onde solicita a renovação da comunicação prévia nos termos do artigo 72 do RJUE.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, declarar a caducidade.**-----

**C.12. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para conhecimento, um ofício da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) a comunicar que na sequência da publicação da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, foi criada esta entidade, à qual compete elaborar pareceres sobre a conformidade ou desconformidade das pronúncias da Assembleia Municipal, bem como apresentar propostas na Assembleia da República. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

**Tomado conhecimento.**-----

**C.13. PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE SITE – CASA DO POVO DE RESENDE;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um ofício da Casa do Povo de Resende a solicitar o apoio de um Técnico deste Município para a elaboração do seu site institucional.-----

**O Vereador Albano António Alves dos Santos (PS)** declarou-se impedido relativamente a este assunto, pelo que não participou na sua discussão e votação.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (2 abstenções do PSD), aprovar.**----

**C.14. JOGO INTERNACIONAL DE ANDEBOL;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, uma informação do Senhor Vereador do Pelouro, Engº Fernando Teixeira, a propor a realização de um jogo internacional de andebol entre uma equipa espanhola e o FCP.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (2 abstenções do PSD), ratificar.**----

**C.15. ALMERINDA DE JESUS PEREIRA PINTO – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº194/07;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do



processo nos termos do artigo 71º do RJUE. O requerente, em sede de audiência prévia, não se pronunciou.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, declarar a caducidade.**-----

**C.16. JUSEPE – SOC. DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº 215/03;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo nos termos do artigo 71º do RJUE. O requerente, em sede de audiência prévia, não se pronunciou.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, declarar a caducidade.**-----

**C.17. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – ACADEMIA DE MÚSICA, AEC'S CAF, APOIO JURÍDICO;-**

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para emissão de parecer, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, relativa à contratação de diversos serviços (academia de música, aec's, caf, apoio jurídico); -----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, emitir parecer favorável.**-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião, eram 11h30, tendo sido aprovados em minuta todos os assuntos submetidos a decisão do órgão. -----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental lportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Câmara Municipal, subpasta Ano 2012.-----

E eu, \_\_\_\_\_, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo.

---

Engº António Manuel Leitão Borges  
Presidente da Câmara Municipal

---

Dr. António Manuel de Almeida Pinto  
Chefe da DASU